MC Poze do Rodo e o Paradoxo do Funk Ostentação: Entre o Estado Penal e a Fetichização da Miséria

A prisão de MC Poze do Rodo, além de um evento policial e midiático, é um sintoma agudo da lógica de funcionamento do Estado Penal brasileiro e das formas contemporâneas de controle social aplicadas às periferias urbanas. O caso, como todo espetáculo de repressão seletiva, revela os limites estruturais da democracia brasileira e a lógica paradoxal do funk ostentação como fenômeno cultural: um produto estético e simbólico que, ao mesmo tempo que aparenta subverter, reproduz os códigos fundamentais da dominação capitalista.

O presente ensaio não busca defender Poze enquanto indivíduo, tampouco reduzir o caso a uma caricatura moralista de certo progressismo inócuo. A análise aqui proposta é estrutural, materialista e crítica. Nosso objeto não é a biografia de Poze, mas o que ele representa dentro da engrenagem social, econômica e simbólica que conecta Estado, mercado, cultura de massa e controle penal. Loïc Wacquant, em sua obra "As Prisões da Miséria", descreve o avanço global de um modelo de Estado penal voltado para a gestão repressiva da pobreza urbana. No Brasil, a seletividade racial e territorial da ação policial cumpre esse papel com ainda maior virulência. A prisão de Poze, um jovem negro de origem periférica que acumulou fortuna, visibilidade e poder simbólico, é a tradução concreta daquilo que Wacquant denomina como "reconfiguração punitiva do Estado".

Essa repressão, longe de ser um despreparo policial, é estratégica, orientada por interesses econômicos, políticos e midiáticos. O corpo de Poze torna-se o palco para a reafirmação das fronteiras de classe e raça. Sua prisão é pedagógica: ensina à juventude periférica que o sucesso fora das vias autorizadas será, mais cedo ou mais tarde, punido ou regulado. Como apontou Guy Debord, vivemos sob a lógica do espetáculo, em que os conflitos sociais não aparecem como realidade histórica, mas como imagens manipuladas. A prisão de Poze não foge a esse roteiro. As imagens da coletiva de imprensa, os depoimentos emocionados de delegados, as manchetes alarmistas e o debate nas redes sociais transformaram a prisão em um grande reality show punitivo. Não se trata apenas de aplicar a lei. Trata-se de vender o acontecimento como produto midiático. O espetáculo da punição cumpre duas funções complementares: de um lado, reforçar a sensação de segurança da classe média, ávida por sangue periférico televisado; de outro, gerar

engajamento digital, visualizações, monetização de conteúdo e lucros para as plataformas.

O paradoxo é que Poze, enquanto agente cultural, também é um produtor de espetáculo. A fronteira entre o que o Estado faz e o que o próprio artista fomenta se dissolve no ciclo de retroalimentação do mercado de atenção. O funk ostentação nasce como uma resposta estética à miséria material, mas sua própria existência é marcada por um paradoxo central: ao denunciar a pobreza através da exaltação da riqueza, reforça a ideologia da acumulação individual como via de ascensão. Poze do Rodo representa essa contradição em seu estado mais cru. Suas letras falam de sofrimento, mas também glorificam o consumo de luxo, o acesso a bens de prestígio e o gozo individualista que são os pilares do ethos neoliberal.

Adorno e Horkheimer já nos alertavam, na "Dialética do Esclarecimento", para a capacidade da Indústria Cultural de transformar em mercadoria até mesmo a crítica ao sistema. O funk ostentação não é exceção. Ele é produto acabado da reificação estética da desigualdade. O consumo de Poze não é apenas econômico, é também simbólico. Sua prisão se transforma imediatamente em narrativa de superação futura, alimentando o ciclo da sua própria mitificação. O público, alienado pelos códigos do espetáculo, consome a prisão com o mesmo apetite com que consome os clipes de ostentação. O que temos aqui é o que Bourdieu chamaria de "conversão de capital simbólico em capital econômico". Poze acumula engajamento, cliques e conversas públicas enquanto permanece na posição ambígua de vítima e estrela. Por isso, a prisão não significa seu cancelamento. Ao contrário: é parte funcional do seu próprio processo de valorização enquanto mercadoria simbólica.

Enquanto a direita festeja a prisão e a mídia comercializa a tragédia, parte da esquerda institucional se contenta com discursos protocolarmente humanistas: "liberdade para Poze", "fim da seletividade penal", "respeito ao devido processo". Essas posições, embora necessárias em um nível imediato de denúncia, são estruturalmente insuficientes. Como já critiquei em outros trabalhos, a esquerda institucional brasileira renunciou há muito a qualquer horizonte de transformação radical. Sua função atual é gerir o mal-estar, propor reformas inócuas e canalizar a revolta social para os ritos burocráticos da democracia representativa.

Ao tratar o caso Poze apenas como mais um episódio de "injustiça penal", esses setores ocultam as determinações de fundo: a propriedade privada, o racismo estrutural, a divisão de classes e a função histórica da polícia como garantidora da ordem burguesa. A juventude que consome Poze aprende uma lição dolorosa: ou você vira mercadoria ou vira cadáver. O funil é estreito. De um lado, o sucesso como fetiche inalcançável; de outro, a repressão penal como castigo. Essa é a pedagogia da precariedade, que forma sujeitos dóceis, ocupados com a busca individual por ascensão e permanentemente aterrorizados pela punição exemplar. Aqui reside o verdadeiro paradoxo: o funk ostentação funciona como válvula de escape da revolta de classe, enquanto reforça os códigos de submissão ao capital.

O caso Poze precisa ser lido como mais uma prova histórica da falência do modelo de integração pelo consumo. A juventude periférica precisa construir um novo horizonte político que rompa com a lógica da ascensão individual, com a ilusão da cidadania penal e com a mitologia da meritocracia musical. Não se trata de criminalizar Poze enquanto sujeito, mas de compreender que a libertação da juventude favelada não passará nem pela justiça burguesa, nem pela ostentação, nem pelas plataformas digitais. A tarefa histórica é outra: organizar, formar, construir uma consciência de classe real, que seja capaz de recusar tanto o espetáculo da repressão quanto o espetáculo da ostentação. Enquanto o capital seguir sendo a gramática da vida, novas prisões de ídolos populares se sucederão. E o público continuará entre o aplauso e o like, reproduzindo sua própria alienação. Cabe a nós romper esse ciclo.

Arthur Moura – Cineasta, Doutorando em História Social (PPGHS-FFP-UERJ)